

Especial Rumos da economia

Finanças Idéia é articular a rede existente e ampliar atendimento

Microcrédito ganha status de política de governo

Janeiro Rocha
De São Paulo

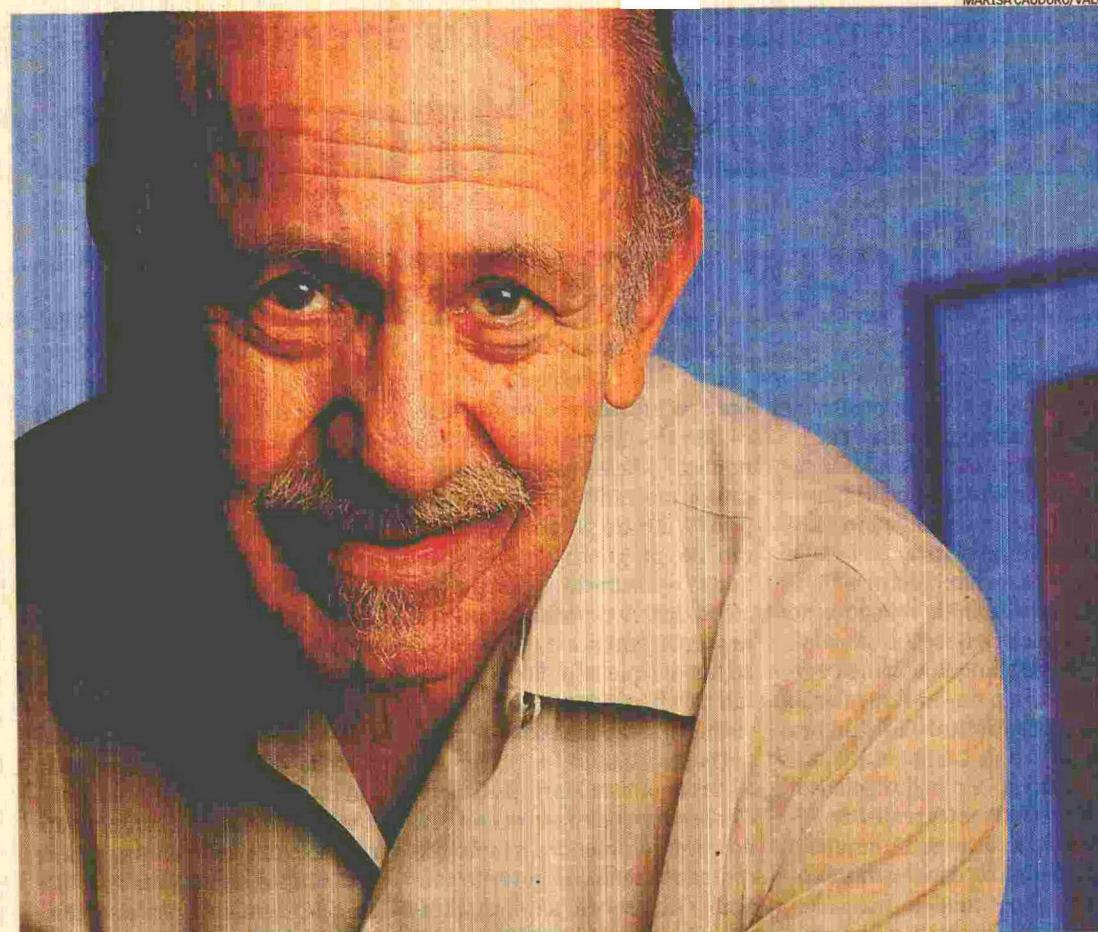
Modelo de inclusão social bem-sucedido em vários países, o microcrédito está prestes a ser promovido a política de governo no Brasil, com direito a pasta, titular, equipe e estrutura em Brasília. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu a partida para ampliar o volume de dinheiro disponível e reforçar a articulação da rede de organizações da sociedade civil já existente. O objetivo é atender um número maior de pessoas do público-alvo, aqueles que não têm acesso a crédito bancário. Esse público é estimado em 15 milhões de micro e pequenos empreendedores e 5 milhões de pessoas que trabalham por conta própria, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mais de 200 instituições de microcrédito existentes conseguem atender a pouco mais de 1% desse universo.

"A idéia é estimular a criação de novas instituições, de preferência em parceria com as comunidades locais, de forma que as iniciativas tenham sustentabilidade e não acabem quando mudar o governo", explica José Caetano Lavorato, coorde-

nador do programa de crédito popular São Paulo Confia, da Prefeitura de São Paulo. Também presidente da Abcred, entidade que reúne 50 instituições de microcrédito em todo país, Lavorato tem participado das reuniões da comissão interministerial encarregada de estudar alternativas de crédito para a população de baixa renda.

A comissão tem representantes dos Ministérios do Desenvolvimento e Trabalho, da Casa Civil e dos maiores bancos públicos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES e Banco do Nordeste). As linhas gerais do programa já estão definidas. Haverá uma área dedicada à chamada economia solidária. Além de ampliar os recursos, estão previstos programas de apoio, treinamento e estímulo a organizações de trabalho cooperativo.

"O microcrédito na verdade é uma parte de um programa mais amplo", explica o economista Paul Singer, já indicado e prestes a assumir a nova Secretaria Nacional de Economia Solidária, que será ligada, a princípio, ao Ministério do Trabalho. Sua instalação oficial depende ainda de aprovação do Congresso. Singer adianta que o órgão vai lidar com verbas de todas as áreas envol-



Paul Singer: o Fome Zero é o candidato natural a alvo da nova Secretaria Nacional de Economia Solidária

vidas no programa. "O candidato natural (a alvo da nova secretaria) é o Fome Zero", diz Singer, referindo-se ao programa carro-chefe do governo federal na área social. Mas também serão incluídos os programas de alfabetização e criação de empregos para jovens e adultos.

O Banco Central, encarregado do registro e fiscalização das cooperativas de crédito e das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), também participa das discussões. No entanto, dizem Lavorato e Paul Singer, a atuação da autoridade monetária rumará para um novo enfoque. "O sistema de regulação do microcrédito e das cooperativas ainda não está definido mas certamente não vai seguir as regras do Acordo de Basileia", diz Lavorato. Ele se refere ao tratado internacional, do qual o Brasil é signatário, de regulação do sistema financeiro dos países-membros. Esse tratado tem regras extre-

mamente rígidas, que impedem os bancos de emprestar dinheiro para pessoas que não têm bens que possam ser usados como garantia, excluindo milhões de indivíduos das classes de renda mais baixas.

O BC e a Receita Federal já vêm trabalhando na criação de normas mais simples e desburocratizadas e no incentivo fiscal às cooperativas de crédito. Uma das idéias em discussão é permitir a abertura de cooperativas por grupos maiores — hoje só grupos fechados e de afinidade, como funcionários de uma mesma empresa e associações de classes, podem registrar e operar uma cooperativa de crédito. Defensor da ampliação do campo de atuação de cooperativas, Paul Singer contesta argumentos de que a flexibilização dos rigorosos sistemas prudenciais do Acordo de Basileia pode colocar o crédito popular sob risco de explosão da in-

dimplância e bancarrota das instituições. "Sim, há um risco de quebra, mas não mais que o que também existe nas iniciativas capitalistas", afirma o futuro secretário, referindo-se às sucessivas intervenções em grandes e pequenos bancos ocorridas nos últimos oito anos. "Sou favorável a que se librem as regras e não se exija mais das cooperativas de crédito do que se exige dos bancos".

Para Renata Lins, coordenadora do projeto de Microfinanças do Instituto Brasileiro dos Municípios (Ibam), a presença do BC nas discussões é fundamental, até porque a autoridade monetária vem acumulando experiências com a supervisão das SCM e das cooperativas de crédito. "O crescimento das SCM foi menor que o esperado e seria importante que o Banco Central encontrasse formas de ampliar a participação dessas sociedades", diz Renata.